



**MUNICÍPIO DE NOVA
ESPERANÇA DO SUDOESTE**
Estado do Paraná



PARECER JURÍDICO 266/2025

EMENTA: Solicitação de Parecer Jurídico pela Comissão de Licitação referente aos recursos administrativos interposto pelas empresas MACRO CONSTRUÇÕES, CONSORA CONSTRUTORA LTDA e FLÁVIO HENRIQUE FERREIRA SILVA MEI em face da habilitação da empresa FELIPE RUARO CONSTANTINO LTDA, Concorrência Eletrônica nº 10/2025.

I. RELATÓRIO

Trata-se de consulta referente aos recursos administrativos interposto pelas empresas MACRO CONSTRUÇÕES, CONSORA CONSTRUTORA LTDA e FLÁVIO HENRIQUE FERREIRA SILVA MEI em face da habilitação da empresa FELIPE RUARO CONSTANTINO LTDA, referente a Concorrência Eletrônica nº 10/2025, cujo objeto é a execução, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, da construção de campo de futebol de areia, quadra de vôlei de areia, sanitários, limpeza final da obra e demais itens e especificações constantes em projeto.

A empresa MACRO CONSTRUÇÕES sustenta três irregularidades principais:

- ✓ O CNPJ apresentado pela empresa FELIPE RUARO CONSTANTINO LTDA foi emitido em 11/06/2024, portanto vencido à época da habilitação, considerando o prazo de 90 dias estabelecido pelo edital. O edital exige que os documentos tenham validade vigente (item 7.6.1), permitindo exceção apenas para atestados técnicos. Trata-se de documento obrigatório, incluído na regularidade fiscal (art. 63, IV, Lei 14.133/2021).
- ✓ Ausência de atestado de capacidade técnica – item 7.5.3.1 “b”. Não foi apresentado pela empresa FELIPE RUARO CONSTANTINO LTDA qualquer atestado comprovando execução de serviços similares (quadra ou campo de areia), exigência expressa do edital. Os documentos apresentados pela



**MUNICÍPIO DE NOVA
ESPERANÇA DO SUDOESTE**
Estado do Paraná



empresa FELIPE RUARO, conforme os recursos, referem-se a reformas, pinturas e pequenas adequações, sem similaridade técnica com o objeto do certame. O edital não admite substituição por simples CAT.

✓ Ausência de similaridade técnica mínima. Os recursos apontam que nenhum documento comprova execução de quadra, campo ou equipamento esportivo, tampouco metragem mínima prevista no edital.

A empresa CONSORA CONSTRUTORA LTDA sustenta que:

- ✓ Ausência total de atestados exigidos pelo edital. O edital exige atestado + CAT comprovando a área mínima 341,15 m² de quadra de areia. empresa FELIPE RUARO CONSTANTINO LTDA não apresentou atestado algum, as CATs foram emitidas por pessoas físicas, os serviços registrados são de pintura, manutenção, reparos, sem caráter esportivo, há descumprimento integral do item 7.5.3.1 do edital.
- ✓ Inexistência de execução semelhante.

A empresa FLÁVIO HENRIQUE FERREIRA SILVA MEI sustenta que:

- ✓ Erro na planilha de BDI. A empresa FELIPE RUARO CONSTANTINO LTDA apresentou na planilha alíquotas incompatíveis com Simples Nacional, composição de PIS/COFINS incorreta, possível inveracidade da realidade tributária.

A empresa FELIPE RUARO CONSTANTINO LTDA não apresentou contrarrazões.

Assim, encaminhou-se à Procuradoria Jurídica para que fosse emitido parecer acerca dos fatos narrados.

Em apertada síntese, é o relatório.

II. DA TEMPESTIVIDADE

Ambos os recursos foram apresentados dentro do prazo de três dias



**MUNICÍPIO DE NOVA
ESPERANÇA DO SUDOESTE**
Estado do Paraná



úteis, nos termos do art. 165, I, da Lei nº 14.133/2021. Assim, são tempestivos e devem ser conhecidos.

III. DO PARECER

O exame aqui empreendido se restringe aos aspectos exclusivamente jurídicos, não significa vinculação ao mérito administrativo, não adentrando a competência técnica da Administração.

Cumpra esclarecer, também, que toda verificação desta Procuradoria Jurídica tem por base as informações prestadas e a documentação encaminhada pelos órgãos competentes e especializados da Administração Pública. Portanto, tornam-se as informações como técnicas, dotadas de verossimilhanças, pois não possui essa procuradoria o dever, os meios ou sequer a legitimidade de deflagrar investigações para aferir o acerto, a conveniência e a oportunidade dos atos administrativos a serem realizados, impulsionados pelo processo licitatório.

O Edital da concorrência 10/2025 exigiu condições mínimas para participação na licitação, o que exige-se observância às condições específicas do referido edital e seus anexos, em observância aos princípios constitucionais e legais, dentre os quais destaca-se a Legalidade, Isonomia, ampla e justa competição, os quais devem ser observados em todo o procedimento licitatório.

Neste contexto, é essencial julgar com objetividade e razoabilidade as decisões administrativas, mediante avaliação adequada quanto à conformidade das propostas e o cumprimento das exigências necessárias/essenciais.

O artigo 59 da Lei 14.133/2021 dispõe das hipóteses de desclassificação das propostas. É a redação do supracitado artigo, *in litteris*:

Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:

I - contiverem vícios insanáveis;

II - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do



**MUNICÍPIO DE NOVA
ESPERANÇA DO SUDOESTE**
Estado do Paraná



orçamento estimado para a contratação;
IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
V - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

Sobre o tema, vejamos o que ensina a doutrina:

A vinculação ao edital significa que a Administração e os licitantes ficam sempre adstritos aos termos do pedido ou do permitido no instrumento convocatório da licitação, quer quanto ao procedimento, quer quanto à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato. Em outras palavras, estabelecidas as regras do certame, tornam-se obrigatórias para aquela licitação durante todo o procedimento e para todos os seus participantes, inclusive para o órgão ou entidade licitadora. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital o modo e forma de participação dos licitantes, bem como as condições para a elaboração das ofertas, e, no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento ou no contrato, se afastasse do estabelecido e admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado (Hely Lopes Meirelles).

“Sob um certo ângulo, o edital é o fundamento de validade dos atos praticados no curso da licitação, na acepção de que a desconformidade entre o edital e os atos administrativos praticados no curso da licitação se resolve pela invalidade destes últimos. Ao descumprir normas constantes no edital, a Administração Pública frustra a própria razão de ser da licitação. Viola os princípios norteadores da atividade administrativa, tais como a legalidade, a moralidade, a isonomia. O descumprimento a qualquer regra do edital deverá ser reprimido, inclusive através dos instrumentos de controle interno da Administração Pública. Nem mesmo o vício do edital justifica pretensão de ignorar a disciplina por ele veiculada (Marçal Justen Filho).

Nesse sentido, vejamos o entendimento jurisprudencial:

ADMINISTRATIVO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO. 1. A observância do princípio da vinculação ao edital de licitação é medida que se impõe, interpretado este como um todo, de forma sistemática. Desta maneira, os requisitos estabelecidos nas regras do concorrente, nos termos editalícias devem ser cumpridos fielmente, sob pena de inabilitação do art. 43, inciso IV, da Lei nº 8666/93. 2. Agravo de instrumento improvido. (TRF-4-AG: 50132325420144040000 5013232-54.2014.404.0000, Relator: FERNANDO QUADROS DA SILVA, Data de Julgamento: 20/08/2014, TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: D.E. 21/08/2014



**MUNICÍPIO DE NOVA
ESPERANÇA DO SUDOESTE**
Estado do Paraná



REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO. VINCULAÇÃO AO EDITAL. JULGAMENTO OBJETIVO DAS PROPOSTAS. VINCULAÇÃO DAS PARTES AO ATO CONVOCATÓRIO. IMPROCEDÊNCIA. Quando a Administração estabelece, no edital ou na carta-convite, as condições para participar da licitação e as cláusulas essenciais do futuro contrato, os interessados apresentarão suas propostas com base nesses elementos; ora, se for aceita proposta ou celebrado contrato com desrespeito às condições previamente estabelecidas, burlados estarão os princípios da licitação, em especial o da igualdade entre os licitantes, pois aquele que se prendeu aos termos do edital poderá ser prejudicado pela melhor proposta apresentada por outro licitante que os desrespeitou (Tribunal de contas da União, acórdão nº 3474/2006).

De acordo com a jurisprudência do TCU, a análise da qualificação técnica deve se ater aos documentos exigidos no edital, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório e o julgamento objetivo exigem que a Comissão de Licitação observe o que foi previsto no edital.

Portanto, o conjunto probatório dos recursos apresentados pelas empresas MACRO CONSTRUÇÕES, CONSORA CONSTRUTORA LTDA e FLÁVIO HENRIQUE FERREIRA SILVA MEI em face da habilitação da empresa FELIPE RUARO CONSTANTINO LTDA, demonstra vício insanável e material, implicando na violação ao edital, à lei nº 14.133/21 e à ilegalidade na habilitação.

IV. CONCLUSÕES

Diante do exposto e dos elementos constantes nos recursos apresentados, opina-se pelo conhecimento e procedência dos recursos administrativos, determinando-se a inabilitação da empresa FELIPE RUARO CONSTANTINO LTDA.

É o parecer.

Nova Esperança do Sudoeste/PR, 27 de novembro de 2025.

Juliana Mara Nespolo
Procuradora Jurídica